

Tabela de temporalidade Dados Pessoais

| Documentos | Prazo prescricional | Marco temporal | Fundamento legal |
|--|---------------------|--|--|
| Tributários (ex.: execuções fiscais) | 05 anos | Após a quitação do débito | Art. 174, CTN Art. 7º, II LGPD |
| Processos Trabalhistas e Dados pessoais constantes de processos judiciais trabalhistas | 05 anos | Fim do vínculo ou 2 anos após o trânsito em julgado da ação. | Art. 975, CPC Art. 7º, II e VI LGPD |
| Dados cadastrais de clientes particulares | 05 anos | 5 anos após a rescisão do contrato | Art. 7º, II e V LGPD |
| Dados cadastrais de clientes públicos | 05 anos | 5 anos após a rescisão ou fim da vigência do contrato | Decreto-Lei nº 20.910/32 Art. 7º, II e V LGPD |
| Dados pessoais de beneficiários de indenização por desapropriação | Guarda permanente | Guarda Permanente para a comprovação do histórico patrimonial. | Art. 1.238, CC Lei nº 8.159/91 |
| Dados pessoais constantes de processos judiciais cíveis | 05 anos | Prazo legal para eventual recurso + prazo para ações de revisão. Trânsito em julgado da última decisão | Art. 975, CPC Art. 7º, IV LGPD |

Regra geral

Art. 7º O tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses:

VI - para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral, esse último nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei de Arbitragem) ;